

17 AGO 1988

ANC 011 - MAR X

JORNAL DO BRASIL

Opin

Coelhinha-Constituinte

Villas-Bôas Corrêa

Nas últimas horas parece que uma aragem de bom senso arejou Brasília, entrando pelas frestas do Palácio do Planalto, alcançando os desperdícios de espaço da Constituinte, aí demorando-se, reverente, no gabinete do presidente, deputado Ulysses Guimarães. Com a singular característica de ajudar, em cada caso, a iluminar idéias diversas, embora confluentes para o alívio do sufoco político.



Convém principiar pelo mais importante e inusitado. Pois não é que as oposições, na colorida variedade do seu buquê, chegou à conclusão que deve poupar o governo neste trecho final do trajeto da transição, reconhecendo com tardia mas, em todo o caso ainda oportuna clarividência, que a desestabilização do presidente José Sarney pode arruinar anos de esforço, sacrifícios, esperanças e até decepções, abrindo o buraco de uma crise de tonteante fundura. Só o PT discorda, com aquela dose de sabedoria que costuma inspirar a legenda nas horas graves, como na escolha de dona Erundina para candidata à Prefeitura de São Paulo, rasgando o bilhete talvez premiado para ficar fiel às bases.

Ora, até que enfim! Palmas que eles merecem. Estranha que tenha demorado tanto a entender o que salta aos olhos, com a mais gritante evidência. E o pior é que se a constatação é irrepreensível, (ressalvando-se, em piedosa compreensão, o obtuso radicalismo petista) as justificativas ainda estão não só incompletas mas ignorando a primeira delas, a mais convincente.

Claro que em qualquer processo de transição deve-se dar voltas para contornar obstáculos de crise. Quando a transição é violenta, brusca, no embalo de revolução vitoriosa, os riscos de recuos costumam esconder-se nas dobras das contradições. Nem sempre, quase nunca, um movimento revolucionário começa num rumo e não altera o roteiro, com a troca de lideranças e de intenções. Para ficar em exemplo próximo: as proclamações de 64, naquele retumbante estilo castrense, juravam o compromisso democrático. E foi o que se viu.

A transição que estamos viabilizando, numa obra de rara competência política, malgrado todos os percalços e acidentes de percurso, nesta fase, faltando pouco para o ato final, simplesmente não pode suportar o tranco de desestabilização que inviabilize o governo, impondo o afastamento de Sarney, por bem ou por mal. A saída constitucional é impraticável. O oco da presidência agora, até a eleição e posse do sucessor de Sarney, por renúncia, deposição ou qualquer outro motivo, teria que ser obturado com a convocação do presidente da Câmara— que é o campeão das acumulações, doutor Ulysses Guimarães— para, em 30 dias, realizar eleições diretas para a eleição do presidente e do vice que completariam o mandato.

Nem é preciso pensar muito. Não dá para acreditar que um surto de conversão à pureza da democracia tange-se o país,

fardado e à paisana, a uma pausa nacional selada em consenso, para a eleição sem bulha e nem briga de chapa de entendimento e, em seguida, seria retomado o ramerrão das votações na Constituinte, a eleição presidencial para valer, com a festiva e pomposa posse dos eleitos em 15 de março de 90. Como manda o figurino.

Desconfianças recíprocas, cultivadas com adubo da intriga, afastaram de vez Sarney das esquerdas. Não é hora de inventariar culpas e responsabilidades. O governo desequilibrado, perdendo o apoio de uma das pernas, capenga, saltitando na que lhe resta.

Mas é o que temos para fechar a transição. E, para tal serventia, insubstituível.

Vamos a outra. Lastima-se o presidente da ruptura com a Constituinte. Se o governo nunca se entendeu bem com ela, agora, depois da troca de discursos entre Sarney e Ulysses, é que não há mesmo diálogo. Os líderes do Planalto falam para ouvidos moucos. A Constituinte faz o que quer, na embriaguez da autonomia plenamente exercida, sem lei nem rei.

Lá é exato que o doutor Ulysses anda com fumaças de soberano, um jeito de realza. Mestre na astúcia de apreender a vontade da maioria e exprimi-la, saltando à frente, para reger a orquestra, Ulysses só cuida de correr contra o tempo para terminar com o segundo turno de votação, no máximo, em setembro, e promulgar a Constituição o mais depressa possível. De uma cajada mata uma penca de coelhos. Oferta ao PMDB a bandeira para a campanha. Garante eleições municipais em dois turnos nos municípios com mais de 200 mil eleitores. E, acima de tudo, atende à exigência nacional, ao clamor geral pelo fim dessa obra de Santa Engrácia. Ninguém suporta mais a lengalenga de acordos que se fazem e desfazem a cada série de intermináveis reuniões, principalmente os constituintes que estão no fogo, ardendo. Candidatos ou não, todos, dos mais dedicados aos gazeteiros despudorados, exigem, clamam, choramam pelo fim da novela que já saturou, encheu.

Depois é evidente que a Constituição está pronta. Com um ou outro possível retoque. Nem os conservadores nem progressistas têm folego para alterar nada de substancial na marra, no voto. Acordo só em torno de miçangas. Ora, se nada vai mudar, para que perder mais tempo?

Queixa-se Sarney de que Ulysses está tocando a Constituinte a galope, a pau e corda, saltando por cima do regimento, estimulando acordos que facilitem a aprovação e indiferente a avaliação se a Constituição será boa, má ou inaplicável.

É mais ou menos isso. Só que é o possível e o que a maioria quer. E olhe que o doutor Ulysses está pagando todos os seus possíveis pecados para conseguir *quorum* três dias por semana. Do cume da sua cadeira presidencial dirige os apelos mais dramáticos, apela para o sentimental, toca o sublime: a Constituinte, assustada como uma coelha, dispara aos saltos para parar adiante, o coração aos pinotes, espiando em torno como para avaliar as reações aos estragos na horta. Refeita, a um novo brado, corre até a moita próxima. Aprovou ontem o direito de greve irrestrito. E espera a vez de manter, intactos, os textos emplacados pelos centristas hoje dispersos e instalados no governo, com todas as mordomias.